

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: DESAFIOS PARA CONSOLIDAR A FORMAÇÃO DO CAMPO

Michelle Rios Lopes ¹

RESUMO

O presente artigo intitulado “As relações entre educação ambiental, agricultura familiar e pedagogia da alternância: desafios para consolidar a formação do campo”, insere-se no debate dos estudos da Educação Ambiental e tem como objetivo analisar os desafios para efetivar a formação dos sujeitos do campo no contexto da Escola Família Agrícola. Esse estudo foi alicerçado no debate conceitual da educação ambiental e sua relação com a agricultura familiar e a educação do campo partindo da perspectiva da superação da racionalidade moderna e refletindo a educação ambiental como processo educativo crítico e emancipatório. Os resultados da pesquisa apontam que os desafios para efetivar o trabalho com a educação ambiental na Escola Família Agrícola estão relacionados com os próprios desafios da consolidação da formação do campo e da pedagogia da alternância. Contudo, evidencia-se que atuar em favor da educação ambiental crítica em uma perspectiva hegemônica é um grande desafio, principalmente quando consideramos os limites concretos da Escola Família Agrícola para efetivar sua proposta pedagógica. Por fim, conclui-se que instaurar efetivamente uma Escola Família Agrícola voltada ao enfrentamento dos desafios para a consolidação da sua formação socioambiental do campo, requer o enfrentamento dos próprios desafios colocados no interior de um sistema societário fundamentado em políticas neoliberais que trazem em sua própria constituição entraves aos processos e práticas educativas de caráter popular.

Palavras-chave: Educação ambiental, Agricultura familiar, Pedagogia da Alternância, Escola Família Agrícola, campo.

INTRODUÇÃO

Na primeira década do século XXI a questão ambiental torna-se um tema estratégico quando se discute o processo de desenvolvimento nas sociedades contemporâneas. Para tanto, atravessamos um período de compatibilização/disputa entre diversos interesses, em que ações educativas voltadas à sustentabilidade socioambiental estão sendo postas em prática nas diversas localidades, o que gera a necessidade premente de conhecer e analisar os determinantes implicados nestas práticas.

Dessa maneira, observa-se que o tema socioambiental tem ganhado espaço nas discussões das organizações e movimentos sociais, bem como na dinâmica de trabalho das

¹ Professora Mestre do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFs, mrlopes@uefs.br.

escolas do campo. O exemplo disso são as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), que de acordo com Cavalcante (2007, p. 17), trata-se de uma “proposta educacional para o rural que difere em concepção e modelo da escola formal existente e tem como princípio metodológico a Pedagogia da Alternância, uma ideia francesa da década de 30, que visa à construção de uma educação voltada para a valorização da vida e trabalho no/do campo”.

Nesse sentido, o presente trabalho foi pensado buscando responder à seguinte questão: quais os desafios para efetivar a formação dos sujeitos do campo no contexto da Escola Família Agrícola? Para isso, foi necessário discutir a relação da educação ambiental com a agricultura familiar e sua contribuição para provocar processos educativos e políticos que ajudem os sujeitos do campo a enfrentarem o seu contexto socioambiental. Além disso, buscou-se analisar as possibilidades da pedagogia da alternância para a formação dos sujeitos do campo e refletir as perspectivas socioambientais para as escolas famílias agrícolas, assinalando alguns desafios importantes que se colocam na consolidação da formação desses sujeitos.

Essa pesquisa foi fundamentada em autores de referência na área deste estudo como Gimonet (1998), Leff (2002), Loureiro (2005), Jacobi (2005), Cavalcante (2007), Van Der Ploeg (2009), entre outros.

METODOLOGIA

Este estudo trata de uma investigação qualitativa de um fenômeno "contemporâneo no contexto da vida real" (YIN, 2010, p. 22) que acontece no contexto das escolas do campo. Segundo Yin (2010), a pesquisa qualitativa abrange condições contextuais em que a vida das pessoas se desenrolam, como o contexto social, político, ambiental a qual essa pesquisa busca investigar no campo das escolas famílias agrícolas. Além disso, para este estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, permitindo “ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla (GIL, 2008, p. 50).

A pesquisa bibliográfica indica que "o caminho começa com uma revisão minuciosa da literatura" (YIN, 2010, p. 23). Assim, foi utilizada para a revisão da bibliografia a análise de pesquisas anteriores correlatas ao tema, literatura teórica e documentos a fim de discutir conceitos, justificar categorias, fundamentar o trabalho, compreendendo o processo da educação do campo em curso.

Vale salientar, que a pesquisa descrita nesse trabalho está fundamentada pela teoria crítica da educação, que vê a discussão educacional dentro de uma perspectiva de transformação da

realidade. De acordo com Mazotti (2002, p.139), a abordagem crítica procura “investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, tentando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas.”

Para dar corpo ao estudo qualitativo na concepção crítica, as leituras foram respaldadas em autores que têm na sua trajetória teórica a reflexão do papel da educação rumo à transformação da sociedade desigual e discriminatória.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Educação ambiental para sujeitos do campo da agricultura familiar? Que educação ambiental é essa? Em qual direção caminha esse debate? Entre os pilares dessas questões está a reflexão da relação estabelecida entre os sujeitos do campo e o ambiente, as formas como se estabelece essa relação e as perspectivas de fortalecimento do projeto político do camponês.

A crise ambiental provocada pela racionalidade econômica e tecnológica dominante do capitalismo deixou evidentes as contradições sociais e ambientais decorrentes da ofensiva do capital no campo, emergindo, assim, a necessidade de mudanças efetivas na sociedade, com valorização da diversidade étnica e cultural da espécie humana e o fomento da valorização de diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade. Com isso, Leff (1999), propõe a construção de uma racionalidade e de um saber ambiental, através do diálogo de saberes como forma de minimizar os problemas do meio ambiente e dedicar maior atenção para a educação ambiental.

Dessa forma, atrelado ao debate da agricultura familiar incorpora-se a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade (social, econômica e ecológica), tornando compatível a melhoria da qualidade de vida com a preservação ambiental (JACOBI, 2003). De acordo com Nascimento, Chaves e Sodré (2013), os novos agricultores familiares aderem ao embate por um desenvolvimento local sustentável², à agricultura agroecológica e à educação ambiental.

Por outro lado, da mesma forma que o capital se apropria e subordina a produção agrícola aos seus interesses, com a educação não é diferente. De acordo com Caldart (2009),

² De acordo com Leff (1999, p. 123), o discurso do desenvolvimento sustentável, expressa estratégias conflitantes que respondem a visões e interesses diferenciados, que vão desde um neoliberalismo econômico, até a construção de uma “nova racionalidade produtiva”. Assim, quando tratamos de desenvolvimento sustentável nesse texto, referimo-nos àquele que converge a esta “nova racionalidade produtiva”, onde a valorização da natureza e dos valores sociais e culturais são fundantes para a sustentabilidade.

com a reestruturação produtiva, amplia-se a necessidade de mão de obra qualificada, o que justifica o interesse de empresários rurais em discutir uma educação profissional, muitas vezes ligada às escolas agrotécnicas e aos cursos superiores voltados à gestão do agronegócio.

Diante disso, pensar uma educação a favor dos agricultores familiares e camponeses, requer uma mudança de paradigmas que vai de encontro a essa lógica dominante. Assim, “a educação se converte em um processo estratégico com o propósito de formar os valores, as habilidades e as capacidades para orientar a transição na direção da sustentabilidade” (LEFF, 1999, p. 112).

Nessa mudança paradigmática, a educação ambiental passa a ser identificada como uma possibilidade de contribuir para agricultura familiar ao assumir seu papel político e educativo de impulsionar a mobilização e a reflexão dos sujeitos e dos grupos sociais em relação ao ambiente e a sociedade. Um processo educativo comprometido com a sustentabilidade e a participação, pode formar pessoas capazes de entender e de conduzir essas mudanças (TRISTÃO, 2007). Para tanto,

É um grande desafio à educação ambiental do campo estimular um processo de reflexão sobre modelos de desenvolvimento rural que sejam responsáveis, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis, que colaborem para a redução da pobreza, para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, para a transformação dos problemas socioambientais fortalecendo as comunidades, não dissociando a complexidade da sociedade e da natureza (ZAKRZEWSKI, 2007, p. 206).

Desta feita, a educação ambiental voltada para o campo questiona o modelo de desenvolvimento hegemônico e contribui com a reflexão sobre outro projeto para o rural brasileiro. O que significa a construção de um “projeto popular de agricultura que valorize os camponeses, a agroecologia, e que zele em primeiro lugar pela soberania e pelo patrimônio coletivo da natureza, da biodiversidade, das águas, da fauna e da flora” (PASQUETTI, 2013, p. 83).

Nesse debate, encontra-se a inquietação sobre que desenvolvimento sustentável se quer, quando a economia está suplantada na mercantilização da natureza e a relação de ambiente e sociedade está baseada em uma visão dicotômica. Do lado oposto, está outra racionalidade produtiva, baseada em outros princípios produtivos e em outros valores sociais, baseada nos potenciais da ecologia, da produtividade tecnológica e da criatividade cultural.

Dessa forma, a organização dos grupos sociais, a vida comunitária, a produção, as relações das pessoas com o seu meio, as implicações que os processos de organização social trazem para as mudanças concretas na vida de todos, são pressupostos que orientam essa relação



da agricultura familiar com o meio ambiente e que determinam qual educação ambiental para os sujeitos do campo.

No que se refere ao meio ambiente, novas demandas surgem para os agricultores que devem assegurar a preservação dos recursos naturais e a conservação das paisagens, bem como adotar medidas positivas de proteção ambiental (CARNEIRO E MALUF, 2003). Está em questão a própria função social dos agricultores, não apenas de valorizar suas funções produtivas, mas de reconhecer também que eles desempenham um papel importante na manutenção da natureza, da paisagem e do tecido social nos espaços rurais.

A educação ambiental para agricultura familiar, pressupõe a ampliação das oportunidades de construção de saberes socioambientais necessários para consolidar um novo paradigma de desenvolvimento rural (racionalidade produtiva), que considere as seis dimensões (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética) da sustentabilidade (CAPORAL, 2004, p.19).

Mais do que isso, “a educação ambiental adquire um sentido estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável” (LEFF, 1999, p.128). Para Jacobi, Tristão e Franco (2009), uma prática educativa orientada para a sustentabilidade se baseia na “promoção de uma atitude contextualizadora e problematizadora da realidade, uma compreensão complexa e politizada da dimensão ambiental, a participação coletiva e o engajamento dos sujeitos”. Dessa forma, a prática educativa está articulada às questões ambientais e à complexidade ambiental, na qual a educação ambiental assume uma dimensão coletiva, sociopolítica e societária e um papel de articuladora de saberes e fazeres para novas leituras da realidade socioambiental do campo.

O PROCESSO EDUCATIVO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: ENTENDENDO A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Ao se falar em uma educação ambiental do campo que serve à agricultura familiar, podemos considerar a escola família agrícola como espaço legítimo para acontecer uma prática educativa em favor desse processo. Para tanto, é preciso compreender o que faz essa escola que se diz família agrícola.

A Escola Família Agrícola surge como resultado da insatisfação com o modelo educacional que não considerava a especificidade do meio rural. O movimento das Casas Familiares Rurais (CFR) nasce em 1935, na França, através da iniciativa da igreja católica junto a agricultores, com o intuito de motivar os jovens do campo a permanecerem no seu meio

contribuindo para o seu desenvolvimento e valorização. Esse movimento, também, chegou ao Brasil, quando em 1968, foi criado o Centro Familiar de Formação em Alternância (CEFFA) no Espírito Santo, e com o tempo se expandiu em outros estados brasileiros, especialmente no Nordeste brasileiro, disseminando em escolas famílias agrícolas (NOSELLA, 2012).

Para tanto, é importante ressaltar que as escolas famílias agrícolas no Brasil, foram pensadas e organizadas com base em um modelo que existe mundialmente, mas que incorporam na sua concepção (teórica e prática) características próprias do rural do país, agregando ainda em cada localidade (que é diversa) as singularidades do meio e dos sujeitos que o constitui (CAVALCANTE, 2011).

Nesse contexto se configura a Pedagogia da Alternância (PA), com uma característica de formação que busca possibilitar aos jovens uma aprendizagem teórico-prática, através de um sistema de alternância. Pode-se, assim, empreender que,

A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008, p. 227).

Mais do que isso, a alternância constitui-se de um sistema educativo integrado, que intenciona dar sentido a conceitos através das experiências de vida dos educandos, da produção de saberes e da autonomia do sujeito (GIMONET, 1998). Para tanto, a PA está fundamentada em quatro pilares: associação local – pais, famílias, comunidade, profissionais; a formação integral do aluno – projeto pessoal; o desenvolvimento do meio – socioeconômico, humano, político, etc.; a alternância – metodologia (GIMONET, 2007; GARCÍA-MARIRRODRIGA e PUIG-CALVÓ, 2010).

Em que pese às peculiaridades desses pilares podemos relacionar alguns elementos para compreendê-los. Primeiro, no que se refere à *associação local*, trata-se de uma organização local de base participativa, formada por pais e outros atores comunitários, que podem atuar em projetos que contribuam para o desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que veem na EFA uma possibilidade de formar jovens para dar continuidade ao desenvolvimento do seu meio (SOUZA, 2008).

Através da *alternância*, segundo pilar de sustentação da pedagogia da alternância, os estudantes da EFA têm a possibilidade de vivência no ambiente escolar e no ambiente familiar e comunitário, de forma que o jovem do campo possa atuar no seu contexto familiar buscando ressignificar os conhecimentos e práticas agrícolas, e no caminho inverso o contexto familiar



também redefine o contexto educacional. Dessa forma, a “alternância permite o dinamismo Escola-Realidade” (NOSELLA, 2012, p. 85).

Quanto à *formação do aluno*, que constitui o terceiro pilar, se caracteriza pela formação integral das pessoas. Os objetivos da pedagogia da alternância estão relacionados com a articulação entre os tempos e espaços da formação e a formação profissional com uma formação geral, considerando como princípios da prática educativa a relação com a experiência, com o trabalho, com os processos produtivos, com a vida fora da escola, bem como um complexo de relações com a cultura local, com a cultura profissional e com a cultura da escola (GIMONET, 1998).

Por fim, o *desenvolvimento do meio* se configura como o quarto pilar da Pedagogia da Alternância e tem como finalidade possibilitar que os estudantes sejam protagonistas de seu desenvolvimento pessoal e social e do desenvolvimento da comunidade onde estão inseridos (GIMONET, 2005).

Nessa perspectiva, para que a pedagogia da alternância seja um sistema educativo integrado, a relação escola, a família e o contexto socioambiental e político devem estar articulados e serem incorporados no processo de formação dos jovens (SILVA, 2010, p.190).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola do campo é um espaço que pode servir para a manutenção dos problemas ambientais, na medida em que não discute e nem reflete os conflitos da realidade socioambiental. Porém, a escola família agrícola propõe uma cultura de conhecimento na qual as problemáticas socioambientais são temas de debate na escola e de busca de possibilidade de construção de outra realidade, que prima pela reflexão crítica e atitude diante dos dilemas do contexto.

Na medida, em que se passa a reconhecer a escola como lugar que pode contribuir para refletir os problemas socioambientais e tentar construir outra relação com o mundo mais crítica, começa-se a implementar uma educação ambiental como prática educativa.

Todavia, é preciso que a proposta de educação ambiental seja assegurada, no planejamento do professor, na metodologia, na prática com os educandos, mas também enquanto princípio, concepção de educação pautada na pedagogia crítica que prima pela emancipação dos sujeitos e questiona “que noções de saber e que formas de aprender são necessárias para tal projeto” (GIROUX e SIMON, 2005, p. 98).

Nessa perspectiva, é preciso construir uma cultura ambiental curricular nas escolas que dê conta das questões socioambientais considerando sua complexidade e implicações. Para Cavalcante (2008), ao considerar as noções de ambiente e currículo, a educação socioambiental “pode ter maiores chances de alcançar o universo de ação dos sujeitos e a possibilidade de transformação dos contextos”. Para tal, os saberes mobilizadores do currículo devem estar atrelados ao trabalho pedagógico mediado pela cultura dos sujeitos, à concepção socioambiental e à construção de uma educação de qualidade vinculada ao projeto de campo que está se construindo.

Cavalcante (2007, p.149) defende que a escola família agrícola, enquanto proposta educacional do campo estabelece uma relação com o ambiente rural. Assim, a autora destaca que, “a lógica socioambiental busca trazer um olhar sobre a relação ambiente e sociedade rural presente na escola família, que é voltada para sua realidade e construída pelos e para os camponeses da região.”

Nessa perspectiva, um dos aspectos relevantes na construção dos programas de formação é articular a essa formação o debate político às problemáticas socioambientais do campo, onde os sujeitos têm um papel fundamental como agentes de transformação. A realidade de discriminação no rural, a complexa situação da questão agrária, a questão do acesso à água, da qualidade de vida, do trabalho no campo, dos conflitos socioambientais, são questões que abarcam a discussão da responsabilidade educacional. Não podem ser ignoradas, devem ser objeto de estudo nas escolas e nos processos formativos dos seus sujeitos.

Outro desafio é a clareza da sua vinculação com a concepção de educação, de sociedade que se quer construir. Estas concepções definirão o perfil profissional que se pretende alcançar. Neste sentido o primeiro desafio que se coloca é uma formação centrada no ser humano. Reconhecer os diferentes sujeitos do campo, como sujeitos históricos, determinados por um conjunto de relações políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

Há que se discutir, também, o desafio da interrelação sociedade/ambiente, entendendo como espaços onde os povos do campo se constroem e se sustentam na relação com o ambiente natural, social e político. Em relação a isso, cabe enfatizar a relação campo-cidade, afirmando de acordo com Caldart, Cerioli e Fernandes (2004) o caráter mútuo de dependência entre ambos e de superação da visão unilateral e dicotômica que coloca o rural como atrasado e o urbano como lugar do moderno. O campo deve ser reconhecido pela identidade de seu povo, pela sua inserção geográfica, pela sua cultura, pelo que traz de dinâmico nas suas diversas formas de trabalho e de organização e suas condições fundamentais de desenvolvimento. E ao campo deve ser dado o crédito da sua importância socioeconômica para a sobrevivência nas cidades. A



relação campo/cidade, portanto, tem um caráter altamente pertinente no contexto que estes espaços vêm construindo ao longo da história do rural brasileiro, seja ele do ponto de vista econômico (a produção), social (a convivência) e ambiental (as implicações).

Do exposto, podemos inferir que o meio ambiente é também um dos elementos constitutivos da pedagogia da alternância, e a educação ambiental está estreitamente ligada ao objetivo das EFAs, no que se refere a “busca da promoção e desenvolvimento das pessoas e do meio, através da formação integral dos sujeitos em formação” (VERGUTZ e CAVALCANTE, 2014, p.376).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a intenção de provocar uma discussão sobre a escola do campo, baseada na concepção de uma educação do campo e reconhecida como lugar para se refletir as questões socioambientais do rural, propondo outra cultura de conhecimento que prima pela reflexão crítica e atitude diante dos dilemas da realidade.

Para essa investigação, entender a história com base nas lutas do campesinato e na trajetória das Escolas Famílias Agrícolas e os conceitos que determinam o processo crítico da educação ambiental, foram fundamentais para produzir elementos que ajudaram a refletir sobre o objetivo desse estudo.

A presença do debate socioambiental e da agricultura familiar no processo formativo da Escola Família Agrícola é um bom indicador do desafio da efetivação do trabalho com a formação do campo, o que pode ser representado, em síntese, por um desafio que é histórico, político e pedagógico.

O desafio histórico é evidenciado pela luta dos movimentos sociais do campo por uma educação que valorize o contexto rural e, sobretudo, a questão da terra. A proposta educativa da alternância tem sua origem nessas lutas que, desde a década de 1960, concebem a escola e a educação como instrumentos tanto de auxílio à permanência e resistência dos jovens agricultores na terra e no campo, quanto de melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Aliado a isso, encontra-se a luta do movimento social pela terra e pela afirmação do campesinato como identidade política, onde a reprodução de um meio de vida rural, em um contexto social caracterizado pelas relações de marginalização e privação, tem sido um desafio histórico (VAN DER PLOEG, 2009). Ao considerar o processo histórico como desafio, significa que existem questões que estão sendo enfrentadas ao longo dos anos, e que a

resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento é um legado dos enfrentamentos frente ao avanço do capital no campo.

Nesse sentido, a população campesina, na luta contrária à lógica de dominação, gera formas ambientalmente mais sustentáveis de produzir, de criar processos educativos de reflexão e ação na realidade e de busca de organização coletiva para a melhoria das condições concretas de vida.

Atrelado ao desafio histórico, incorpora-se o desafio político como consequência dos enfrentamentos enredados. É no cerne dessas lutas que a Educação do Campo e a Educação Ambiental, enquanto políticas públicas, são frutos da demanda histórica e da participação de sujeitos sociais na reivindicação e na mobilização em prol de políticas, que tratem dos princípios da valorização da vida no campo e da relação sociedade e ambiente.

A Escola Família Agrícola é um espaço de transformação e precisa ter uma valorização muito maior. Quando se analisa a Educação do Campo, reconhece-se tudo que se tem conquistado historicamente, mas é preciso ampliar os direitos. Não se trata apenas de ter escola no campo, são necessários outros direitos. Não dá para olhar a Escola Família Agrícola e enxergar um único desafio. Há uma série de políticas que precisam organizar-se para se pensar essa escola. E, nesse sentido, políticas que favoreçam a permanência, a continuidade e a estruturação do trabalho das Escolas Famílias Agrícolas no campo teriam que estar articuladas, de forma sistêmica, com uma proposta política para a Educação do Campo e para o campo.

Ao discorrer sobre os desafios pedagógicos, é preciso dar evidência ao trabalho pedagógico desenvolvido nas Escolas Famílias Agrícolas. Um deles refere-se à contribuição no desenvolvimento da agricultura familiar em função da peculiaridade inerente à sua concepção e metodologia, que estão pautadas na Pedagogia da Alternância, a qual orienta a formação a partir das experiências desenvolvidas no processo socioproductivo dos jovens, propondo-se a requalificar as práticas desenvolvidas no contexto familiar. Outro aspecto trata da capacidade de atuar com uma proposta educativa diferente das escolas regulares do sistema de educação pública.

Por fim, instaurar efetivamente uma Escola Família Agrícola voltada ao enfrentamento dos desafios para a consolidação da sua formação, requer o enfrentamento dos próprios desafios colocados no interior de um sistema societário fundamentado em políticas neoliberais que trazem, em sua própria constituição, entraves aos processos e práticas educativas socioambientais de caráter popular.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S.; CERIOLI, P. R.; FERNANDES, B. M. **A Primeira Conferência Por uma Educação Básica do Campo**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org). Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 21-61.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, Maria Jose e MALUF, Renato S.(org). **Para além da produção e multifuncionalidade**. Rio de Janeiro. MAUAD, 2003.

CAVALCANTE, L. O. H. Escola Família Agrícola: entre percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. **Entre a caatinga e a minha casa tem todo mundo para a gente cuidar**: quando a consciência ambiental é sofisticadamente tão simples. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, v. 16, n. 28, jul/dez, Salvador: UNEB, 2007, p-147-159.

_____. **Pedagogia da alternância e ciências**: a pertinência do debate. Caderno de Física da UEFS 09 (01 E 02): 17-29, 2011.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, R.; PUIG-CALVÓ, P. **Formação em alternância e desenvolvimento local**: o movimento educativo dos CEFFA no mundo. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMONET, Jean-Claude. **A alternância na formação**: método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das casas familiares rurais. In: DEMOL, Jean-Noel et PILON, Jean-Marc. *Alternance, Developpement Personnel et Local*. Paris: L'Harmattan, 1998, pg. 51-66. Tradução de Thierry De Burghgrave.

_____. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares e de Formação Rural, 2007.

GIROUX, H. e SIMON, R. **Cultura Popular e Pedagogia Crítica**: a vida cotidiana como base para o conhecimento popular. In: MOREIRA, F.B. e SILVA, T. T da (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2005. P. 93-124

JACOBI, P.. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, nº118. São Paulo: Mar. 2003. p. 189-205.

_____. **Educação ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.



LEFF, E.. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. In REIGOTA, Marcos (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (p.111-129).

_____. **Epistemologia Ambiental**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F.. **Complexidade e dialética**: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1473-1494, Set./Dez. 2005

MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NASCIMENTO, A. D.; CHAVES, R. M. R.; SODRÉ, M. D. (Org). **Educação do Campo e Contemporaneidade**. Salvador: EDUFBA, 2013.

NOSELLA, Paolo. **Educação no campo**: origens da pedagogia da alternância no Brasil / Paolo Nosella. Vitória: EDUFES, 2012.

PASQUETTI, L. A. **Terra e educação**: direitos negados historicamente aos trabalhadores do campo. In: NASCIMENTO, A. D.; CHAVES, R. M. R.; SODRÉ, M. D. (Org). Educação do Campo e Contemporaneidade. Salvador: EDUFBA, 2013, p.75-89.

SILVA, L. H.. **Concepções e práticas de alternâncias na educação**. Nuances: Estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 180-192, jan./dez. 2010.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Pedagogia da alternância**: uma alternativa consistente de escolarização rural? 2008. In: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt14-4500-int.pdf> Acesso em 05/11/2022.

TEIXEIRA, E; BERNARTT, M de L e Trindade, G. A. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil**: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

TRISTÃO, M. **A educação ambiental e os contextos formativos na transição de paradigmas**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30., 2007, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2007.

VAN DER PLOEG, J. D. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 17-31.

VERGUTZ, C. L. B.; CAVALCANTE, L. O. H. **As aprendizagens na pedagogia da alternância e na educação do campo**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.371-390, jul./dez.2014.

Yin, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAKRZEWSKI, S. B. **Projetos de Trabalho sobre a Temática ambiental**: conectando a escola e o currículo ao mundo da vida social e cultural do nosso tempo. In: ZAKRZEWSKI, S. B. (Org.) Conservação e Uso sustentável da água: múltiplos olhares. Erechim/RS: Edifapes, 2007.